

# Cuidado, virtude e dilemas morais nas práticas de não-jornalistas<sup>1</sup>

*Care, virtue and moral dilemmas in the practices of non-journalists*

*Cuidado, virtud y dilemas morales en las prácticas de no-periodistas*

DOI: <https://doi.org/10.1590/1809-5844202011>

**Dairan Paul<sup>1</sup>**

<http://orcid.org/0000-0003-0974-6661>

**Rogério Christofoletti<sup>1</sup>**

<http://orcid.org/0000-0003-1065-4764>

<sup>1</sup>(Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Jornalismo, Programa de Pós-Graduação em Jornalismo. Florianópolis – SC, Brasil).

## Resumo

O artigo discute os valores éticos que balizam algumas decisões tomadas por não-jornalistas diante de dilemas morais em situações editoriais. Para investigar o problema, foram entrevistados membros do coletivo carioca Mídia Independente Coletiva (MIC), grupo caracterizado por cobrir manifestações políticas. Os resultados apontam para uma pré-disposição de cultivar o cuidado como virtude fundamental nas práticas cotidianas, seja pela cobertura de grupos socialmente vulneráveis, seja pelo relacionamento com as fontes de informação. Os resultados evidenciam também certas tensões entre não-jornalistas e a deontologia profissional, ora em consonância com seus valores ou divergindo das práticas normatizadas em códigos profissionais.

**Palavras-chave:** Ética Jornalística. Deontologia do Jornalismo. Ética do Cuidado. Tomadas de Decisão. Não-Jornalistas.

## Abstract

The article aims at discussing the ethical values which guide some decisions taken by non-journalists before moral dilemmas in editorial situations. In order to investigate the issue, members of the Brazilian collective Mídia Independente Coletiva (MIC) were interviewed. This collective is marked by covering political manifestations. The results point to a predisposition towards cultivating care as a fundamental virtue on everyday practices, whether in covering socially vulnerable groups, or in the relationship to information sources. The results also display certain tensions between non-journalists

---

1 O texto é uma versão ampliada e atualizada de comunicação apresentada no 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom), em Joinville – Santa Catarina, em 2018.

and professional deontology, sometimes in accordance to their values, others diverging from standard practices in professional codes.

**Keywords:** Journalism Ethics. Journalism Deontology. Care Ethics. Decision-Making. Non-Journalists.

### **Resumen**

El artículo discute los valores éticos que balizan algunas decisiones tomadas por no periodistas ante dilemas morales en situaciones editoriales. Para investigar la cuestión, fueron entrevistados miembros del colectivo carioca Mídia Independente Coletiva (MIC), grupo caracterizado por cubrir manifestaciones políticas. Los resultados apuntan a una pre-disposición de cultivar el cuidado como virtud fundamental en las prácticas cotidianas, sea por la cobertura de grupos socialmente vulnerables, sea por la relación con las fuentes de información. Los resultados evidencian también algunas tensiones entre no periodistas y la deontología profesional, en consonancia con sus valores o divergiendo de las prácticas regladas en códigos profesionales.

**Palabras clave:** Ética Periodística. Deontología del Periodismo. Ética del Cuidado. Toma de Decisión. No Periodistas.

Há pelo menos uma década, é possível afirmar que o jornalismo é uma prática social, cujo exercício não se restringe apenas aos profissionais que a ele se dedicam (RUELLAN; ADGHIRNI, 2009; DOMINGO; LE CAM, 2015). O jornalismo é também definido por seus processos de constituição a despeito de quem os empreende (FIDALGO, 2008; WARD, 2015). Atos de jornalismo, contudo, não estão necessariamente subordinados aos valores morais que regem o campo profissional dos jornalistas (PAUL, 2017).

A partir disso, sustentamos a hipótese de que não-jornalistas possuem valores específicos que regem suas práticas, ora em consonância, ora em conflito com os cânones deontológicos do jornalismo. Estes, por sua vez, são uma especificidade de valores morais de ordem geral, mas aplicados a profissões e codificados em documentos normativos. Não-jornalistas podem se identificar com tais valores e segui-los, mas sem a exigência moral de um dever-ser, restrito a grupos profissionais. Isto é, parece haver uma margem de manobra nas escolhas dos valores que guiam as tomadas de decisões dos não-jornalistas em situações de escolha editorial, aspecto que nos interessa neste artigo.

### **A construção de uma ética integrada**

Tendo em vista essa problemática – a assimilação ou não de valores deontológicos do jornalismo por parte de amadores –, abordagens de diferentes autores buscam integrar, sob uma moral compartilhada, práticas de jornalistas e não-jornalistas, convergindo para a ética das virtudes. Segundo Couldry (2010, 2013), essa corrente filosófica pode fundamentar

valores-base comuns aos dois grupos sociais, ao pressupor que a mídia é uma questão de importância central para todos cidadãos, sejam eles produtores, consumidores ou híbridos, como os prosumidores (*prosumers*). Ess (2016) concorda que a ética das virtudes apreende com mais sucesso a virada para uma perspectiva relacional da individualidade – antes, sujeita à racionalidade cartesiana e centrada no indivíduo; agora, com o engajamento de múltiplos atores na construção do jornalismo, há uma distribuição de agências e responsabilidades morais. Contudo, ainda que produtores e consumidores se tornem “parte de um mesmo *continuum*” que “experimenta” a mídia (COULDRY, 2010, p. 69), seria equivocado presumir que ambos carregam os mesmos deveres, já que apenas o último grupo insere-se no contexto institucional de uma organização midiática.

A ética das virtudes, portanto, foca no desenvolvimento do julgamento moral (ESS, 2009), enfatizando menos o indivíduo e mais o *télos*<sup>2</sup> – a finalidade que orienta uma ação para a vida em conjunto com o outro. Ao sustentar que a abordagem neoaristotélica<sup>3</sup> fornece parâmetros éticos para quaisquer sujeitos envolvidos em práticas jornalísticas, Couldry (2010, 2013) coloca a deontologia em segundo plano, por considerar que a questão do dever-ser (ou seja, a preocupação se algo é correto ou não) é secundária à pergunta-chave da doutrina das virtudes, que indaga sobre o que é uma boa vida. Portanto, vê com desconfiança a aderência de jornalistas e não-jornalistas a uma ética fundamentada a partir da deontologia kantiana, que sistematizaria regras morais para reger práticas midiáticas. A tradição da ética teleológica aristotélica, por outro lado, sinaliza princípios gerais mais abertos a diversos atores.

A partir dessa perspectiva, Couldry (2010, 2013) aponta caminhos possíveis para pensarmos valores morais que incluam jornalistas e não-jornalistas. Seu argumento central entende que a mídia é uma preocupação de todos nós, de modo que discussões éticas a seu respeito não podem estar confinadas apenas aos profissionais que nela trabalham. Menos preocupado em valorar comportamentos como certos ou errados, o pesquisador busca compreender quais disposições, ou virtudes, precisam ser alcançadas para uma boa vida. Assim, Couldry (2010) questiona qual é o melhor tipo de pessoa que podemos nos tornar e como a mídia e o jornalismo podem contribuir para esse florescimento.

É possível indagar qual seria o conteúdo de uma “boa vida”, ou sob quais critérios as práticas jornalísticas são definidas pela perspectiva aristotélica. Por conta dessas lacunas, podemos considerar que uma abordagem virtuosa do jornalismo é antes complementar do que contrária à deontologia (CHRISTOFOLETTI, 2012). Fundamentar um *télos* com base na ética das virtudes não contraria a proposição de normas, já que estas podem ser cobradas ao menos para jornalistas profissionais, cujo compromisso com os valores deontológicos do jornalismo sustenta sua credibilidade perante as audiências.

2 A ética aristotélica entende que ações são orientadas para um fim específico (*télos*). Em *Ética a Nicômaco*, o filósofo explica que a finalidade última do agente moral é o florescimento humano (*eudaimonia*), atingido por meio de disposições conhecidas como virtudes. Segundo Appiah (2012), florescer é sinônimo de viver bem, sendo um ato que não se reduz à felicidade.

3 Contemporaneamente, a doutrina foi retomada por filósofos como Alasdair MacIntyre, Philippa Foot e Michael Slote.

Ward (2015) alinha-se a esse pensamento quando propõe uma ética radical de mídia, conceito que se refere a alterações nos pressupostos filosóficos da ética jornalística contemporânea. Essa abertura nas discussões morais do jornalismo (WARD; WASSERMAN, 2010, 2014) busca abranger novas práticas e incorporar não-jornalistas tanto como interlocutores, quanto como agentes que disseminam informações. Nesse sentido, Ward (2015) avança nas questões deixadas por Couldry (2010, 2013): embora seja um contratualista<sup>4</sup>, o autor inspira-se parcialmente na tradição aristotélica ao delinear como objetivo final do jornalismo (*télos*) a promoção da *eudaimonia*, ou florescimento humano, por meio de “bens primários”<sup>5</sup> alcançados pela prática jornalística.

Para evitar certo relativismo, Ward (2015) se vale da democracia dialógica como critério que valida ou não diferentes formas de jornalismo em uma ética integrada. Essa busca por uma “unidade na diferença” é baseada no holismo, abordagem que apreende a pluralidade de valores ao considerar as partes para compreender o todo. Assim, a compreensão de conceitos como objetividade é multidimensional, o que permite diferentes níveis de interpretação entre os adeptos da visada holística.

## Cuidado como virtude nas práticas jornalísticas

Uma ética integrada entre jornalistas e não-jornalistas, como propõem Ward (2015) e Couldry (2010, 2013), vale-se do pluralismo como sistema metaético. Essa perspectiva, situada entre a relativa e a absoluta<sup>6</sup>, assume a existência de valores, normas e práticas universalmente válidas, independente de época ou espaço, mas abre-se para diferentes interpretações e aplicações de princípios morais, unificadas em torno de um critério: o bem de uma comunidade.

Para Ess (2009, p. 192), éticas fundamentadas no pluralismo auxiliam a compreender diferenças culturais, pois “cada prática simplesmente representa uma interpretação distinta da norma; os contextos diversos dessas comunidades requerem que cada uma delas interprete e aplique a norma diferentemente”. Dentre algumas correntes, estão a ética feminista do cuidado, o confucionismo e o *ubuntu* africano. Esses sistemas guardam similaridades com a doutrina aristotélica das virtudes ao enfatizarem menos o indivíduo e mais a comunidade, tendo em vista um *télos* orientado para o florescimento humano.

4 Ward (2015, p. 211) define sua posição como um misto de perspectivas: “a ética jornalística não é nem libertária, nem comunitária; é ambas. Ela busca apoiar o bom no correto e o correto no bom. Ela pode auxiliar sociedades a lidarem com a tarefa difícil e precária de encontrar meios para equilibrar esses ideais éticos. Nessa visão, a justiça é um tipo de liberdade, ou uma condição de liberdade. Essa tarefa dupla define o significado contemporâneo de uma ‘imprensa livre e responsável!’”.

5 Ward (2015) desenha um programa específico sobre como o jornalismo pode contribuir para o fim do florescimento humano, citando a promoção de quatro bens relativos à dignidade humana: individuais, sociais, políticos e éticos. Para cada tipo, há uma aplicação na prática jornalística. Cf. Paul (2017).

6 A metaética absoluta entende que existem normas válidas universalmente, boas para pessoas de todos lugares e épocas. Uma corrente ética fundamentada no monismo é a deontologia, especialmente através de Kant e seu Imperativo Categórico. Já o relativismo não acredita em normas e práticas universalmente válidas para todas as culturas. A crítica de Ess (2009) destaca que relativistas são incoerentes, uma vez que propagam a universalidade de um valor, a tolerância cultural, ao assumirem que todas as crenças estão sempre justificadas pelo seu contexto.

Em relação aos atos de jornalismo praticados por não-jornalistas, Ure e Parselis (2010) consideram que tais práticas tendem a enfatizar uma ética do cuidado, pois fundamentam seus valores morais a partir de uma regra mais geral, de convivência e conexão com o outro. Diferente dos sujeitos que colaboram com veículos e estão submetidos a parâmetros da ética jornalística, cidadãos que disseminam informações de forma autônoma têm sua agência atravessada por princípios morais de cunho geral. Valores deontológicos do jornalismo, específicos da profissão, podem não fazer sentido a esses grupos, podendo ser entendidos, inclusive, como uma restrição à liberdade de expressão dos sujeitos (PAUL; CRISTOFOLETTI, 2019).

Para compreender as tomadas de decisão dos não-jornalistas, Ure e Parselis (2010) sugerem, assim como Couldry (2010, 2013), uma abordagem que escape do dever-ser, que chamam de “ética dos preceitos”, e desloque-se para o deveria-ser, denominado pela dupla como “ética da motivação”. Tal alteração ocorre antes na visada do que no conteúdo das normas, pois o sujeito deixa de recorrer às regras morais como uma imposição e questionaria quais valores motivam sua decisão, como ele a justifica e quais benefícios estão implicados nela – uma autorregulação ao nível individual, portanto.

Ao mencionarem uma aproximação de não-jornalistas com a ética do cuidado, os pesquisadores entendem que

[...] o horizonte ético do cidadão produtor e distribuidor de notícias consiste em aproximar-se do outro com o interesse de quem está disposto a se envolver com sua situação. Diante do outro, sou capaz de compreendê-lo em sua totalidade. Deixo de objetivá-lo e classificá-lo para alcançar a sua humanidade (URE; PARSELIS, 2010, p. 27).

Os autores ainda ressaltam que amadores, quando produzem e circulam informações, estão mais interessados em humanizar a sociedade do que democratizá-la. Não nos parece que as duas perspectivas são excludentes, mas, como se tratam de atos individuais ou de pequenos grupos organizados e que não estão inseridos em uma instituição, tais práticas tendem a buscar soluções para conflitos hiperlocais. Esse viés valoriza a conexão com pessoas próximas e não se contrapõe a um desejo de democratizar a sociedade.

Em sua origem, a ética do cuidado busca nas relações sociais a explicação para juízos morais, remetendo ao estudo<sup>7</sup> da filósofa e psicóloga Carol Gilligan em 1982. No livro *In a different voice*, Gilligan apresenta dilemas éticos a mulheres e observa que suas

7 O trabalho de Gilligan é uma crítica feminista à psicologia do desenvolvimento trabalhada por Lawrence Kohlberg, a partir de Piaget. A teoria de Kohlberg concebe três estágios para o “desenvolvimento moral”: moralidade pré-convencional, convencional e pós-convencional, sendo que o último se refere à autonomia máxima, em termos kantianos, por ser uma responsabilidade regida por princípios como o Imperativo Categórico. Kohlberg entrevistou homens para observar as suas argumentações em torno de dilemas éticos e concluiu que a passagem de um estágio moral para outro é realizado pelo uso crítico da razão, entendida como sinônimo de princípios gerais, regras sociais e direitos individuais. Gilligan, por sua vez, entrevista apenas mulheres em *In a different voice*, e observa que elas também utilizam a razão para resolver conflitos, reconhecendo princípios éticos gerais. Mas, para além disso, as entrevistadas pontuam uma preocupação em solucionar dilemas por uma perspectiva que privilegia as relações pessoais e a responsabilidade com o

entrevistadas resolvem conflitos tomando como parâmetro uma responsabilidade consigo e com o outro. Valores morais, portanto, são mobilizados com maior ênfase a partir de um processo relacional, e não por princípios gerais que norteariam a vida dos sujeitos. Como escreve Christians (2014, p. 20), “ao dar primazia à relação entre uns e outros, mais do que aos actores individuais, a ética feminista deu um lugar central ao conceito de cuidar [*caring*], considerado o modo mais poderoso de descrever os nossos deveres morais de uns para com os outros”.

A pesquisa de Gilligan também destaca o papel que as emoções cumprem em um julgamento moral, não em oposição à razão, mas em contraste, como um complemento. Ess (2009) ainda lembra que há evidências em estudos da neurobiologia de que danos cerebrais podem inibir a emoção no ser humano, o que dificulta a tomada de uma decisão ética – o “cálculo” de um juízo (quão bom seria determinada escolha, por exemplo) não é apenas racionalizado, mas sentido.

Quando pensada para o jornalismo, a ética do cuidado auxilia na reflexão sobre três dimensões interconectadas, conforme expõe Christians (2014): valores-base, relação com as audiências e a finalidade da prática jornalística.

No que tange aos valores, a corrente tem uma orientação antes teleológica do que deontológica e enfatiza um “jornalismo compassivo” que não apenas relata fatos, mas “quer que a vida pública corra bem” (CHRISTIANS, 2014, p. 20). No entanto, essa posição não renega o racionalismo da objetividade, mas reforça esse compromisso, ao enfatizar que o dever do jornalista com a verdade é um respeito ao público, às fontes, ao próprio profissional e ao jornalismo, como salienta Camponez (2014, p. 120):

Esta dimensão de serviço no jornalismo não é mais do que a transposição para o domínio dos *media* do valor universalista da vulnerabilidade dos sujeitos, proposta pela ética feminista, e exige profissionais sensíveis e preocupados com o mundo que os rodeia (*care about*), profissionais competentes no tratamento das questões públicas (*care giving*) e profissionais preocupados com a sua profissão, empenhados ativamente na sua autorregulação e protegidos pelas instituições sociais e pelo direito (*care receiving*).

Além dos valores-base do jornalismo tradicional, a corrente também reflete sobre novas possibilidades para uma relação com as audiências. Steiner e Okrush (2006) inferem que o cuidado implica sensibilidade para ouvir as demandas do público. Mas não se trata de noticiar qualquer história: o cuidado também possui um sentido político e está majoritariamente voltado às preocupações de grupos socialmente vulneráveis e marginalizado, balizando decisões sobre quais fontes e histórias valem a pena serem escritas. Este é o ponto crucial, esclarecem Steiner e Okrush (2006): o cuidado por si só

---

outro. Algumas críticas feitas à autora acusam Gilligan de incorrer em um essencialismo, por entender que mulheres carregam consigo uma característica inata de cuidado (ESS, 2009).

não é estranho ao jornalista – durante sua graduação, ele é ensinado a respeitar valores deontológicos, por exemplo. A questão “não é se jornalistas podem ou devem cuidar, mas sobre o que ou quem jornalistas devem cuidar” (STEINER; OKRUSH, 2006, p. 104). Sendo assim, é preciso relacionar o cuidado a um conteúdo, para que ele não fique apenas na abstração.

Isto nos leva à terceira dimensão que a ética do cuidado interfere no jornalismo, a sua finalidade. Para Christians (2014, p. 21), a corrente desloca a missão de fiscalizador das práticas jornalísticas para um papel de “facilitador da vida civil”, no sentido de que “a vida pública, que está para além dos governos e dos negócios, requer uma atenção especial”. Observa-se aqui a perspectiva privilegiada que a ética do cuidado concerne às relações pessoais, o que pode ser tanto vantajoso – pois atenta para demandas de atores sociais específicos – quanto crítico – os vínculos emocionais criados com o outro aconteceriam apenas em pequenos grupos, o que poderia acarretar uma ética do particular (CAMPONEZ, 2014), com riscos de cair em um “provincianismo” (ESS, 2009) que dificilmente poderia ser aplicado a níveis macro (URE; PARSELIS, 2010).

Uma saída possível é tratar a ética do cuidado a partir das virtudes, concedendo-a um *télos* e admitindo que essa abordagem, por si só, não é suficiente para ser aplicada a todos os dilemas – é preciso complementá-la. Steiner e Okrush (2006) partem dessa perspectiva, pois entendem que, quando ocorre apenas ao nível das relações pessoais, o cuidado não constitui um valor moral. Como escrevem os autores, essa virtude não substitui outros deveres e direitos dos jornalistas. O interesse maior em adotá-la está centrado na dissolução do mito do jornalista distante de outras pessoas, como fontes e audiências. Nesse sentido, a ética procura validar e mesmo estimular o profissional para que ele aja como gostaria de agir enquanto cidadão, no sentido de “cuidar” do outro para enxergá-lo menos como fonte e mais como um ser humano.

Para Camponez (2014, p. 114), é preciso tornar o conceito de cuidado e vulnerabilidade como centrais para um “viver em comum, por contraposição à noção de autonomia”. Entender a ética do cuidado em um contexto mais amplo implica ouvir o leitor, atentar para críticas, selecionar pautas relevantes a grupos sociais marginalizados e “sem voz”, e reforçar o compromisso do jornalismo como um serviço público.

Ao conceber uma orientação comunitarista para a ética do cuidado, Camponez (2014) nos auxilia a pensá-la também como uma virtude, tal qual Steiner e Okrush (2006). Por essa perspectiva, temos uma finalidade, um *télos*, desviando-se de uma ética dos princípios, como a deontologia. Podemos dizer, então, que a ética do cuidado é “análoga” à ética das virtudes, de modo que ambas coexistem<sup>8</sup>.

8 Virtudes são entendidas aqui como disposições gerais que qualquer agente humano pode cultivar.

## O jornalismo que toma cuidado

Para observar o cuidado como virtude jornalística e refletir sobre os valores morais que balizam decisões de não-jornalistas em dilemas éticos, realizamos entrevistas em profundidade com coletivos cariocas e nos ativemos, neste artigo, aos membros do Mídia Independente Coletiva (MIC)<sup>9</sup>. Selecionamos os coletivos amadores de jornalismo a partir de três critérios: 1) iniciativas próprias de não-jornalistas (ou seja, sujeitos que não colaboram com outros veículos, mas que constituem plataformas próprias para exercer uma atividade jornalística; pressupomos que este parece ser um local privilegiado para observarmos embates entre valores morais do jornalismo “tradicional” e aquele realizado por não-profissionais); 2) organização em coletivos (ou seja, com sujeitos que não se “deparam” ocasionalmente com um acontecimento e o registram, mas que já possuem uma organização prévia, em grupos, com a intenção de praticarem atos de jornalismo); 3) conteúdo próprio e atualizado (dentro a diversidade de coletivos, muitos deles replicam informações ou não são atualizados com frequência – uma vez por mês, por exemplo).

A partir de um mapeamento prévio de coletivos, selecionamos aqueles que melhor se adequavam aos três parâmetros, utilizando como critério definitivo o maior número possível de não-jornalistas nos coletivos. Com essa delimitação, os membros do MIC foram contatados e convidados a participarem de entrevistas em profundidade. As questões, baseadas em um roteiro prévio, indagaram os sujeitos acerca de seu envolvimento com o coletivo, suas motivações e compreensões acerca das práticas jornalísticas<sup>10</sup>.

Neste artigo, vamos nos concentrar em uma parte dos resultados<sup>11</sup>. Ainda que todos os participantes tenham assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido concordando com a exposição de seus nomes, optamos por manter em anonimato suas identidades, que serão referenciadas como S (Sujeito), Número e M (MIC). Os entrevistados e suas respectivas profissões são: S1M (cineasta), S2M (estudou Administração e Teatro, mas não concluiu os cursos), S3M (estudante de Direito), S4M (fotógrafa e publicitária). Em conjunto com os participantes do coletivo Carranca, foram entrevistados, ao total, oito sujeitos, acumulando um material de cerca de 15h20min de gravações de entrevistas.

Embora possuíssem, à época, um *site* para postagem de matérias e reportagens, uma das principais práticas do MIC era a transmissão ao vivo de protestos e manifestações. Este foi um tópico específico nas perguntas pré-estruturadas da entrevista, quando indagamos sobre quais dilemas morais os não-jornalistas já passaram ao realizar coberturas. De acordo

9 Quando a pesquisa foi realizada em 2017, o coletivo estava ativo. No início de 2019, MIC pausou suas atividades e excluiu tanto sua página no Facebook como o *site* do grupo. Atualmente, membros do grupo retomaram a *fanpage* na rede social. Disponível em: <https://www.facebook.com/midiaindependentecoletiva/>. Acesso em: 16 nov. 2019.

10 Tanto o mapeamento inicial como o roteiro-base para as perguntas podem ser encontrados em Paul (2017).

11 Em Paul (2017), as respostas foram agrupadas em três categorias: contexto de formação (as motivações dos entrevistados, as autodefinições de suas práticas), rotinas produtivas (sua linha editorial, as tensões entre jornalistas e não-jornalistas) e dilemas morais (casos concretos em transmissões de protestos, por exemplo, relacionamento com fontes e erros cometidos em apurações). Para os fins deste artigo, vamos nos ater aos casos de dilemas morais, onde será discutido o conceito de cuidado nas práticas dos não-jornalistas.



com todos os entrevistados do coletivo, a preocupação sobre o que deve ou não ser filmado tem como principal critério a segurança dos manifestantes. S3M, por exemplo, enfatiza que seu compromisso inicial é com o sujeito que participa de protestos e, depois, com uma boa foto. S1M faz a mesma ressalva, considerando que filmar apenas por motivos estéticos um cidadão que incendeia uma lixeira é prática proibida no coletivo, principalmente se ele puder ser reconhecido por policiais que acessarem a transmissão.

Essa decisão é fruto das experiências anteriores do MIC, conforme atestam S1M e S2M. No início, a ideia era filmar o máximo possível: “tinha uma coisa mais espetacular, de ver as pessoas reagindo. Porque isso tem uma emoção, realmente, representativa. Mas as pessoas foram perseguidas, foram presas” (S2M, 2017). O entrevistado explica que não colocar o cidadão em risco ao filmá-lo sem máscara tornou-se um “código de ética dentro do midiativismo”.

Essa decisão não foi tomada sem uma discussão moral, afirma S1M (2017), ao sublinhar que existe um dilema entre “filmar tudo” – “a resistência popular deve ser realçada” – e evitar certas práticas – “se eu filmar [uma pessoa que pode ser identificada], estou fazendo uma covardia, contribuindo para que mais violência ocorra”. Quando questionamos qual seria o limiar entre essas duas posições, considerando que não existem regras rígidas que se aplicam a todas situações, o entrevistado respondeu:

não existe nada pré-moldado. Acho que a ideia da regra é muito mais *a ideia de uma ética, do compromisso que você tem com o que é verdadeiramente humano, o que é verdadeiramente democrático. É isso. O que seria verdadeiramente revolucionário na ideia de processo de ocupação e democratização da mídia* (S1M, 2017 – Grifos nossos).

Nesta afirmação, S1M reflete sobre o *télos* que fundamenta as práticas do MIC – o discurso sobre uma democracia possível. A posição de S1M é interessante à medida que se percebe uma orientação que permeia o MIC: existem princípios gerais que norteiam algumas das condutas dos membros, com certas especificidades, como a segurança dos manifestantes, citados recentemente. Participar desses processos também requer valores como coragem (S3M, 2017), necessária para aqueles que desejam filmar ao vivo na “linha de frente” dos protestos, próximo a policiais.

As práticas do MIC, a despeito da última diretriz sobre não mostrar indivíduos que possam ser identificados, parecem alicerçadas menos na deontologia do que em uma ética teleológica. Um exemplo é quando S1M explica que um dever-ser específico para cada dilema enfrentado nas coberturas ao vivo não é possível e que, portanto, a ideia de um regramento moral “é muito mais a ideia de uma ética”. Tal posição pode culminar em uma série de éticas pessoais, mas o entrevistado estabelece um limite – o compromisso com aquilo que é humano. Essa finalidade é citada também em outro momento:

na Greve Geral [paralisação que ocorreu no dia 28 de abril], nós ficamos ao vivo o dia inteiro, desde às 4h30 da manhã, [...] para cobrir coisas [...] muito além da ideia partidária, mas o que estava acontecendo mesmo. Da tiazinha que tomou tiro de bala de borracha porque estava fazendo bloqueio no aeroporto, esse tipo de coisa. Então esse compromisso com o ser humano [...] e esse rechaço que nós temos ao processo corporativo, institucional, *ele naturalmente nos leva a um compromisso humanista*. A proximidade com o ser, isso difere [de outros veículos] (S1M, 2017 – Grifos nossos).

Ainda que um “compromisso humanista” como *télos* soe por vezes vago ou mesmo amplo, podemos entender, pela fala do entrevistado, que essa finalidade se reflete na defesa de grupos socialmente vulneráveis por meio do cuidado com o outro. Esse aspecto também é realçado em outras práticas do MIC, como na videoreportagem “Um trem para Austin”,<sup>12</sup> produzida por S4M, S1M e S2M, com edição de um membro de outro coletivo.

A matéria conta a história de um jovem negro, morador do bairro Austin, em Nova Iguaçu, região metropolitana do Rio de Janeiro. O rapaz foi baleado com um tiro à queima-roupa por um policial militar, dentro de um vagão de trem no dia 27 de janeiro de 2017. Estava acompanhado de sua namorada, que portava entorpecente e maconha, e um amigo. Sem motivo aparente, os três foram abordados por policiais entre as estações São Cristóvão e Central do Brasil e tiveram as drogas apreendidas. Os demais passageiros foram liberados do vagão na estação seguinte, assim como o jovem e seu colega. No entanto, apenas o último deixou o local; o rapaz quis permanecer com sua namorada, que estava grávida. Ela foi levada até o final do vagão e permaneceu de costas, ouvindo o que se passava. Nesse momento, seu namorado foi agredido pelos policiais e, em seguida, executado.

S4M comenta que soube da morte do jovem quando leu o texto de um advogado – que posteriormente foi fonte do documentário – destacando que a repercussão do assassinato teria sido maior se ocorresse em um metrô na Zona Sul do Rio de Janeiro, com um casal de pessoas brancas. Pela falta de explicações que justificassem a abordagem – em depoimento, os policiais disseram que o jovem e sua namorada eram considerados “suspeitos”<sup>13</sup> –, S4M entende tratar-se de um caso de racismo.

Na apuração da matéria, foram entrevistados os pais e advogados da vítima, além da namorada. Dentre as decisões tomadas para a montagem final do vídeo, os integrantes do MIC optaram por ocultar que um dos advogados também trabalha no gabinete do deputado Wasih Damous (PT-RJ): “a gente está aqui para contar a história da mãe do rapaz; não estamos fazendo campanha para partido nenhum” (S4M, 2017). Na reportagem, o profissional é identificado apenas como advogado do jovem.

12 Disponível em: <https://bit.ly/2MaItTE>. Acesso em: 14 jan. 2019.

13 A informação é dita pelo advogado da vítima durante a videoreportagem.

Outra edição foi realizada a partir de uma percepção dos membros do coletivo sobre a mãe da vítima. Durante sua entrevista, e em um contato posterior, S4M menciona que ela não identificou qualquer resquício de racismo na abordagem dos policiais:

...você via uma mágoa da mãe [...] que, de alguma maneira, culpava a menina [namorada da vítima] pela morte. E a gente tem que fazer todo um *trabalho psicológico* com ela. Não foi a menina que levou ele para o ‘mau caminho’, entende? [...] Quer dizer, ele teria grandes chances de morrer simplesmente pelo fato de ser preto, independente de estar no tráfico ou não (S4M, 2017 – Grifos nossos).

Os integrantes do MIC decidiram, portanto, suprimir algumas falas da mãe. Como salientam, a abordagem do caso precisou ser sensível aos próprios pais da vítima, para que eles não ficassem chocados quando assistissem ao material. Era necessário apontar a problemática do racismo, mas de modo brando: “[a ideia era] mostrar o lado da vítima, quem ele era, para não ter essa criminalização. Tinha que tirar qualquer menção negativa à namorada no discurso da mãe e do pai, porque não era a namorada o problema” (S4M, 2017).

Quando menciona que foi preciso um “trabalho psicológico” com a mãe da vítima, S4M se refere ao contato pós-entrevista com a fonte. É nessa hora que o midiativista está presente, diz: “não é fazer o vídeo e partiu, deixou. [...] Eu tinha combinado com ela [de encontrá-la no feriado do Dia das Mães] e vou lá conversar, ficar um pouco. É o meu ativismo. Não vou fazer mais vídeos agora com ela, mas você também tem um trabalho de S4M, pessoa, cidadã” (S4M, 2017).

As diferentes posições entre o ser-ativista e o ser-cidadão são mencionadas por S4M (2017 – Grifos nossos) em outro momento da entrevista para esta pesquisa, quando a participante se diz incapaz de fotografar protestos devido à intensa repressão policial que presencia: “é uma questão ética minha: eu não consigo exercer o fotojornalismo em situações de violência. É um *paparazzi* do mal, entende? [...] Eu tô ali, com a câmera, mas *eu sou uma pessoa*. Eu não tinha que estar fotografando. Eu tinha que estar ali impedindo”.

As ações de S4M, especialmente no caso da mãe do jovem, parecem estar próximas de uma ética do cuidado. O relacionamento com a fonte estreita-se para além da matéria e cria um vínculo que não tem como finalidade obter a atenção de uma audiência, por exemplo, mas o cuidado com o próximo. Esta ética também preconiza a atenção para grupos socialmente vulneráveis, o que é o caso do documentário “Um trem para Austin”, que busca desvelar o racismo institucional da polícia militar contra jovens negros e periféricos.

Uma das críticas feitas contra essa corrente ética diz respeito a sua ênfase excessiva nas relações pessoais, o que pode tender para uma compreensão restrita dos juízos morais. No caso do jornalismo, esse destaque pode, em última instância, nos fazer perder de vista o horizonte do princípio da contradição. Tendo em vista a problemática, questionamos os

entrevistados se eles consideraram importante entrevistar fontes oficiais – ou seja, para além dos grupos sociais que normalmente são as suas fontes.

S1M (2017) diz que não há essa necessidade – quando realizamos a pergunta, citamos policiais e políticos como exemplo de fontes – “porque as mídias corporativas já estão aí para fazer isso”. O participante da pesquisa detalha que o MIC não tem a prática de linkar materiais de veículos tradicionais no *site* do coletivo e tampouco são compartilhadas publicações dos jornais na página do Facebook. “O coletivo Mariachi faz isso: compartilha *O Globo* para contestá-los – mas compartilha. Nós não. Somos contrários a esse processo”. S3M também não lembrou de nenhuma fonte oficial entrevistada, mas refletiu que eventualmente seria interessante considerá-la para evidenciar uma contradição: “talvez seja até uma autocrítica que a gente deva fazer [...] de colocar aquilo em uma perspectiva do povo e em uma perspectiva que o Estado fala que é”.

Ignorar a checagem da informação com fontes oficiais é uma prática que tende a facilitar o erro jornalístico, mesmo que esteja em consonância com determinada linha política – no caso do MIC, a cobertura restrita a grupos autônomos justificaria “não dar voz” a policiais, no entendimento de seus membros. Foi o caso de uma autocrítica feita pelos membros do coletivo, quando questionados se lembram de algum erro significativo que já cometeram. S1M menciona a manifestação do dia 6 de fevereiro de 2014, no centro do Rio de Janeiro, que culminou na morte do cinegrafista Santiago Andrade, atingido por um rojão enquanto cobria um protesto pela Rede Bandeirantes. Com base nos registros de câmeras de vigilância próximas ao local, dois manifestantes respondem pelos crimes de explosão e homicídio doloso triplamente qualificado.

À época, MIC consultou peritos e argumentou contra as provas apresentadas que incriminavam os dois jovens acusados em um *post* no Facebook. “Chegou ao ponto que nós quase perdemos a nossa credibilidade”, comenta S1M (2017), sobre a repercussão negativa do texto na rede social. Dez dias depois, o coletivo lançou uma nota admitindo o erro de apuração. Questionamos S1M (2017) se ele atribui essa errata à descrença do MIC sobre consultar fontes oficiais:

nunca parei pra pensar nisso. Talvez sim. O fato é que as versões oficiais eram tão “farsescas” [sic] que a gente não acreditou que aquela versão oficial pudesse ser verdadeira. E nós buscamos apoio de peritos e tal, mas talvez a gente tivesse que ter entrevistado alguém mais de dentro da cancha, ter algum contato dentro da polícia, esse tipo de coisa – o que hoje em dia a gente até tenta ter.

Respondendo à mesma pergunta – sobre algum erro que já lembra de ter cometido –, S2M menciona que já compartilhou pela página do MIC um vídeo antigo, quando pensava se tratar de uma transmissão ao vivo. O integrante preferiu lançar a errata nos comentários e não apagar a postagem. “É mais interessante pro público. [...] Você mantém a sua integridade ali. Porque se você apaga, você tá ocultando. E a nossa ideia não é ocultar” (S2M, 2017). Este

último ponto permite observarmos uma breve aproximação com a ética de blogueiros, que atribui alto valor para a transparência com o leitor.

## Considerações finais

Em síntese, o cuidado como virtude jornalística está presente nas falas e nas práticas do MIC tanto na escolha das pautas, privilegiando grupos socialmente vulneráveis, majoritariamente, como na intervenção direta sobre fontes, exemplificada na relação de S4M com a mãe do jovem.

S1M, S2M e S3M também salientaram em diversos momentos suas preocupações com manifestantes, seja em torno da sua segurança física, seja pela identificação e posterior criminalização por alguma filmagem. Os três disseram que saem de sua posição como “mediativistas”, conversam com manifestantes e sugerem a adoção de máscaras, por exemplo.

O *télos* que orienta as práticas do MIC é próximo daquele que Ure e Parselis (2010) caracterizam como próprio do chamado “jornalismo cidadão”, a saber, com a finalidade de humanizar a sociedade. Princípios gerais, e não necessariamente aqueles específicos de uma profissão, tendem a balizar os dilemas destes sujeitos. Um exemplo é a afirmação de S3M de que é preciso ter coragem para atuar como mediativista na cobertura de protestos, estando na linha de frente das manifestações, próximo a policiais. A coragem não é propriamente um valor deontológico da prática jornalística, mas uma virtude reconhecida e salientada pelos entrevistados do coletivo – esta, por sua vez, desdobra-se em valores morais que podem coincidir com a deontologia profissional. Pulitzer (2009) diz que o jornalista experiente desenvolve uma coragem no sentido moral, quando toma decisões editoriais que podem contrariar a opinião pública, mas também físico, ao “expor o corpo sem temor aos ferimentos e à morte”, o que se assemelha à fala de S3M.

Também foi possível identificar um alto valor atribuído à independência, aspecto que guia as linhas políticas e editoriais adotadas pelo MIC na cobertura de grupos autônomos, sem vínculos partidários. Devido a essa especificidade, algumas práticas do coletivo podem excluir vozes quando ignoram fontes ligadas a partidos ou instituições, ainda que o *télos* do coletivo se oriente para a promoção da democracia. Percebe-se, então, que a virtude do cuidado não está livre de tensões e pode contrariar o dever-ser do jornalismo. Ao evitar entrevistas com policiais, por exemplo, MIC perde o horizonte do contraditório, bem como a possibilidade de apurar mais informações. Por outro lado, uma das fontes entrevistadas na reportagem “Um trem para Austin” trabalhava no gabinete de um deputado, ainda que isso não tenha sido explicitado na matéria. Em alguns momentos, a filiação partidária não impede a participação desses atores, mesmo que possa contrariar as linhas políticas do coletivo.

Uma das possibilidades para a maior abertura das discussões sobre uma ética para não-jornalistas diz respeito a esforços no setor da educação, mas também na disposição dos veículos jornalísticos em tornarem transparentes suas decisões editoriais (CHRISTOFOLETTI, 2014). Em relação ao primeiro ponto, é interessante destacarmos que

os próprios não-jornalistas realizam oficinas, como informa S1M, ensinando conteúdos que vão desde conhecimento sobre edição, lógica estrutural de funcionamento do coletivo e leitura crítica da mídia. Outras iniciativas, como a ONG internacional WITNESS, disponibilizam materiais para ativistas que cobrem direitos humanos e situações de violência. Ao reunir em seu *site*<sup>14</sup> guias que incluem cuidados éticos – como obter consentimento de imagens, por exemplo, ou como conduzir entrevistas adequadamente – e técnicos – dicas de filmagem –, abre-se uma discussão que tende a aumentar conforme mais pessoas passem a atuar ativamente na produção de informações.

Entendemos que estes debates sobre a construção de uma ponte moral entre jornalistas e não-jornalistas tendem a obter mais consenso quando estão orientados a um *télos*. Com o auxílio da doutrina das virtudes, recupera-se uma perspectiva comunitária para a prática social do jornalismo, seja ela feita por amadores ou não. Ainda assim, é preciso considerar que uma abordagem virtuosa para a ética jornalística não se cumpre sem complementos criteriosos como aqueles fornecidos pela deontologia profissional. Normas mínimas, quando ignoradas, acarretam erros que atropelam princípios básicos, como o valor da contradição.

Verificamos essa tensão nos discursos do MIC sobre suas práticas. Ora ancoram seu fazer sob valores universais, de compromisso humanitários com o outro, o que aponta para o *télos* do florescimento humano. O cuidado, aqui, não se impõe como dever-ser, mas como uma disposição, uma virtude, que almeja a um fim específico. É semelhante à “ética da motivação”, citada por Ure e Parselis (2010) como caminho possível para pensarmos em valores comuns a não-jornalistas. Por outro lado, quando questionados sobre um regramento moral para suas práticas, no sentido de uma deontologia jornalística, o grupo – ainda que reconheça a existência de um código interno para situações muito específicas, como a cobertura de protestos – tende a renegar a imposição destes valores, por entenderem se tratar de uma restrição à liberdade de expressão. Nesse sentido, discussões éticas sob o prisma das virtudes e da perspectiva teleológica parecem obter maior aceitação entre amadores que praticam atos de jornalismo, o que não inibe esforços para a promoção de uma alfabetização midiática baseada na deontologia.

## Referências

- APPIAH, K. A. **O código de honra**: como ocorrem as revoluções morais. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- CAMPONEZ, C. Entre verdade e respeito - por uma ética do cuidado no jornalismo. **Comunicação e Sociedade**, v. 25, p. 110-123, 2014.
- CHRISTIANS, C. Panorâmica da ética dos media no plano internacional. **Comunicação e Sociedade**, v. 25, p. 16-33, 2014.
- CHRISTOFOLETTI, R. Para uma abordagem virtuosa do jornalismo. **Em Questão**, v. 18, p. 93-107, 2012.

<sup>14</sup> Disponível em: <https://bit.ly/2CkGiZ4>. Acesso em 14 jan. 2019.

- CRISTOFOLETTI, R. Preocupações éticas no jornalismo feito por não-jornalistas. **Comunicação e Sociedade**, v. 25, p. 267-277, 2014.
- COULDRY, N. Media ethics: towards a framework for media producers and media consumers. *In*: WARD, S.; WASSERMAN, H. (ed.). **Media ethics beyond borders: a global perspective**. New York/London: Routledge, 2010.
- COULDRY, N. Why media ethics still matters? *In*: WARD, S. (ed.). **Global media ethics: problems and perspectives**. Chichester: Wiley-Blackwell, 2013.
- ESS, C. **Digital media ethics**. Polity Press: Cambridge, 2009.
- ESS, C. Afterword: ethics – and emancipation – for the rest of us? *In*: DAVISSON, A.; BOOTH, P. **Controversies in digital ethics**. Bloomsbury: New York/London, 2016.
- DOMINGO, D.; LE CAM, F. Journalism beyond the boundaries: the collective construction of news narratives. *In*: CARLSON, M.; LEWIS, S. (ed.). **Boundaries of journalism: professionalism, practices and participation**. New York: Routledge, 2015.
- FIDALGO, J. **O jornalista em construção**. Porto: Porto Editora, 2008.
- PAUL, D. **Valores morais em atos de jornalismo: reflexões sobre uma ética para não-jornalistas**. 2017. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.
- PAUL, D.; CRISTOFOLETTI, R. Reflexões sobre ética e autorregulação no exercício do jornalismo por amadores. **Observatório (OBS\*)**, v. 13, p. 20-33, 2019.
- PULITZER, J. **A escola de jornalismo: a opinião pública**. Série Jornalismo a Rigor, v. 3. Florianópolis: Insular, 2009.
- S1M [pseudônimo]. **Entrevista I**. [maio 2017]. Entrevistador: Dairan Paul. Rio de Janeiro, 2017. 1 arquivo .mp3 (69 min.).
- S2M [pseudônimo]. **Entrevista II**. [maio 2017]. Entrevistador: Dairan Paul. Rio de Janeiro, 2017. 1 arquivo .mp3 (75 min.).
- S3M [pseudônimo]. **Entrevista IV**. [maio 2017]. Entrevistador: Dairan Paul. Rio de Janeiro, 2017. 1 arquivo .mp3 (65 min.).
- S4M [pseudônimo]. **Entrevista VII**. [maio 2017]. Entrevistador: Dairan Paul. Rio de Janeiro, 2017. 1 arquivo .mp3 (98 min.).
- STEINER, L.; OKRUSCH, C. Care as a virtue for journalists. **Journal of Mass Media Ethics**, v. 21, n. 2&3, p. 102-122, 2006.
- RUELLAN, D.; ADGHIRNI, Z. O jornalismo como invenção permanente: novas práticas, novos atores. *In*: COLÓQUIO BRASIL-FRANÇA DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 9., 2009, Curitiba. **Anais [...]** São Paulo: Intercom, 2009.
- URE, M.; PARSELIS, M. Una ética autorregulada para el periodismo ciudadano. **Global Media Journal México**, v. 7, n. 13, p. 19-32, 2010.
- WARD, S. **Radical media ethics: a global approach**. Chichester: Wiley-Blackwell, 2015.
- WARD, S.; WASSERMAN, H. Towards an open ethics: implications of new media platforms for Global Ethics Discourse. **Journal of Mass Media Ethics: exploring questions of Media Morality**, v. 25, n. 4, p. 275-292, 2010.

WARD, S.; WASSERMAN, H. Open ethics: towards a global media ethics of listening. **Journalism Studies**, v. 16, n. 6, p. 834-849, 2014.

### **Dairan Paul**

Doutorando em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo. Mestre pela mesma instituição. Graduado em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Pesquisador do Observatório da Ética Jornalística (objETHOS – objethos.wordpress.com). E-mail: dairanpaul@gmail.com.

### **Rogério Christofolletti**

Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGJOR/UFSC). Um dos coordenadores do Observatório da Ética Jornalística (objETHOS). Pesquisador do CNPq. E-mail: rogerio.christofolletti@ufsc.br.

Recebido em: 23.01.2019

Aprovado em: 10.12.2019

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial (CC-BY-NC), que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições, desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.

